



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EDITAL Nº 03/2016 – DRH – SELAP – RECSEL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE

CARGO 03
Pedagogo Judiciário PJ-I

MATÉRIA	QUESTÕES	PONTUAÇÃO
Língua Portuguesa	01 a 20	20 pontos
Conhecimentos Específicos	21 a 60	40 pontos
Tópicos de Legislação	61 a 80	20 pontos



DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA A REPRODUÇÃO, AINDA QUE PARCIAL, SEM A PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA FAURGS.

Nome do Candidato: _____

Inscrição nº: _____





FAURGS
Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

INSTRUÇÕES

- 1 Esta PROVA consta de **80** (oitenta) questões objetivas.
- 2 Caso o CADERNO DE QUESTÕES esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 3 Para cada questão objetiva, existe apenas **uma** (1) alternativa correta, a qual deverá ser assinalada com caneta esferográfica, preferencialmente, de tinta azul, na FOLHA DE RESPOSTAS. Não será permitido o uso de lápis, marca-textos, lapiseira/grafite, régua e/ou borracha durante a realização da Prova.
- 4 Os candidatos que comparecerem para realizar as Provas **não deverão portar** armas, malas, livros, máquinas calculadoras, fones de ouvido, gravadores, *paggers*, *notebooks*, **telefones celulares**, *pen drives*, chaves com alarmes de carro ou quaisquer aparelhos eletrônicos similares, nem utilizar véus, bonés, chapéus, gorros, lenços, aparelhos auditivos (à exceção de candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência auditiva, ou de candidato que solicitou atendimento especial, conforme subitem 3.2.5), óculos escuros (à exceção de candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência visual, ou de candidato que solicitou atendimento especial, conforme subitem 3.2.5), ou qualquer outro adereço que lhes cubra a cabeça, o pescoço, os olhos, os ouvidos ou parte do rosto, sob pena de serem excluídos do Concurso. **Os relógios serão permitidos, mas deverão ser mantidos sobre a mesa de realização da Prova.** (Conforme subitem 4.2.10 do Edital de Abertura)
- 5 A duração da Prova é de **quatro horas (4h)**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS. Ao final desse prazo, a FOLHA DE RESPOSTAS será **imediatamente** recolhida.
- 6 O candidato somente poderá se retirar da sala de Prova uma hora (1h) após o seu início. Se quiser levar o Caderno de Questões da Prova Objetiva, o candidato somente poderá se retirar da sala de Prova **três (3) horas após o início**. O candidato não poderá anotar/copiar o gabarito de suas respostas de Prova. (Conforme subitem 4.2.15 do Edital de Abertura)
- 7 O candidato que se retirar da sala de Prova, ao concluí-la, **não poderá utilizar os sanitários nas dependências do local de Prova.** (Conforme subitem 4.2.16 do Edital de Abertura)
- 8 Ao concluir a Prova, o candidato deverá devolver ao Fiscal da sala a FOLHA DE RESPOSTAS. Se assim não proceder, será excluído do Concurso. (Conforme subitem 4.2.17 do Edital de Abertura)
- 9 A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a exclusão do candidato do concurso.



Instrução: As questões **01** a **05** referem-se ao texto abaixo.

Videiras de Cristal

01. Bem mais tarde, quando o dormitório coletivo
 02. envolvia-se nas sombras e _____ apenas os rancos
 03. e os espaçados gemidos dos enfermos permeando o
 04. calor rançoso das respirações, Jacobina e Ana Maria
 05. Hofstätter estavam à janela, olhando as luzes da cidade:
 06. pouco a pouco se apagavam, e a fímbria de pontos
 07. luminosos às margens do rio _____ num cordão
 08. móvel, de uma sinuosidade ágil, como se alguém
 09. inconstante traçasse sucessivas linhas de um contorno.
 10. Haviam dividido o pão da avó Müller e o mastigavam
 11. sem fome.
 12. – Nunca aceite nenhuma violência – disse Jacobina,
 13. despertando de uma longa mudez. Aceitar a violência
 14. é negar a própria vida. Aqueles homens que violaram
 15. você ao lado da cruz, eles um dia pagarão.
 16. Ana Maria estremeceu. Desde o acontecimento do
 17. arroio nunca mais falaram no assunto.
 18. – A senhora acha que um dia eu vou casar?
 19. Ana Maria sentiu logo que não deveria perguntar isso.
 20. – Por que não? Irá casar, igual a Maria Sehn. –
 21. Jacobina voltou os olhos para Ana Maria. – Sei o que
 22. você está pensando. Mas uma coisa eu lhe asseguro:
 23. você é tão virgem como Maria Sehn era antes do
 24. casamento.
 25. Só, em sua cama, enrolada no exíguo cobertor
 26. que _____ os pés de fora e batendo o queixo de
 27. frio, Ana Maria pensava no jovem Haubert. Sempre
 28. acompanhando o tutor Robinson o Ruivo, Haubert
 29. foi ocupando um lugar no Ferrabrás, e não apenas nos
 30. corações dos chefes. Jovem como uma figueira de um
 31. ano, tinha o olhar caído e triste de um homem de
 32. quarenta. Gostaria que ele estivesse ali, junto com
 33. elas. Ele as protegeria. E adormeceu pensando: a
 34. saudade é a verdadeira medida do amor.

Adaptado de ASSIS BRASIL, L. A. *Videiras de Cristal*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. 5ª edição. Páginas 211-212.

01. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas das linhas 02, 07 e 26 do texto, respectivamente.

- (A) ouvia-se – transformava-se – deixavam
 (B) ouviam-se – transformavam-se – deixava
 (C) ouvia-se – transformava-se – deixava
 (D) ouviam-se – transformava-se – deixava
 (E) ouvia-se – transformavam-se – deixavam

02. Assinale **V** (verdadeiro) ou **F** (falso) nas afirmações a seguir.

- () Na oração ***o mastigavam sem fome*** (l. 10-11), o sujeito é indeterminado e o objeto direto é expresso pelo pronome ***o***.
 () Na oração ***uma coisa eu lhe asseguro*** (l. 22), o sujeito é o pronome ***eu***, o objeto direto é ***uma coisa*** e o objeto indireto é expresso pelo pronome ***lhe***.
 () Na oração ***Ele as protegeria*** (l. 33), o sujeito é o pronome ***Ele*** e o objeto direto é expresso pelo pronome ***as***.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – F – V.
 (B) V – F – F.
 (C) F – V – V.
 (D) F – V – F.
 (E) V – V – V.

03. Assinale a alternativa que apresenta sinônimos das palavras ***permeando*** (l. 03), ***fímbria*** (l. 06) e ***exíguo*** (l. 25), tais como foram empregadas no texto.

- (A) atravessando – orla – pequeno.
 (B) trancando – montanha – apertado.
 (C) aguçando – quantidade – precário.
 (D) transpassando – maré – exímio.
 (E) assimilando – linha – enxuto.

04. Considere as seguintes afirmações.

- I - Se a frase ***Nunca aceite nenhuma violência*** (l. 12) estivesse em discurso indireto, seria escrita como **Jacobina disse a Ana Maria que nunca aceitasse nenhuma violência.**
- II - Se a frase ***A senhora acha que um dia eu vou casar?*** (l. 18) estivesse em discurso direto, seria escrita como **Ana Maria perguntou se Jacobina achava que um dia eu casaria.**
- III- Se a frase ***Irá casar, igual a Maria Sehn*** (l. 20) estivesse em discurso indireto, seria escrita como **Jacobina disse a Ana Maria que ela iria casar, igual a Maria Sehn.**

Quais estão corretas?

- (A) Apenas II.
 (B) Apenas I e II.
 (C) Apenas I e III.
 (D) Apenas II e III.
 (E) I, II e III.

05. Assinale a única alternativa em que a partícula **que** desempenha a mesma função sintática do **que** em ***Aqueles homens que violaram você ao lado da cruz, eles um dia pagarão*** (l. 14-15).

- (A) **que** (l. 18).
 (B) **que** (l. 19).
 (C) **que** (l. 20).
 (D) **que** (l. 26).
 (E) **que** (l. 32).

Instrução: As questões **06** a **10** referem-se ao texto abaixo.

A língua do Brasil amanhã

01. Ouvimos com frequência opiniões alarmantes a
 02. respeito do futuro da nossa língua. ___ vezes se diz
 03. que ela vai simplesmente desaparecer, em benefício de
 04. outras línguas supostamente expansionistas (em especial
 05. o inglês, atual candidato número um a língua universal);
 06. ou que vai se "misturar" com o espanhol, formando o
 07. "portunhol"; ou, simplesmente, que vai se corromper
 08. pelo uso da gíria e das formas populares de expressão
 09. (do tipo: *o casaco que cê ia sair com ele tá rasgado*).
 10. Aqui pretendo trazer uma opinião mais otimista: a
 11. nossa língua, estou convencido, não está em perigo de
 12. desaparecimento, muito menos de mistura. Por outro
 13. lado (e não é possível agradar a todos) acredito que
 14. nossa língua está mudando, e certamente não será a
 15. mesma dentro de vinte, cem ou trezentos anos.
 16. O que é que poderia ameaçar a integridade ou
 17. a existência da nossa língua? Um dos fatores,
 18. frequentemente citado, é a influência do inglês – o
 19. mundo de empréstimos que andamos fazendo para
 20. nos expressarmos sobre certos assuntos.
 21. Não se pode negar que o fenômeno existe; o que
 22. mais se faz hoje em dia é surfar, deletar ou tratar do
 23. *marketing*. Mas isso não significa o desaparecimento
 24. da língua portuguesa. Empréstimos são um fato da
 25. vida e sempre existiram. Hoje pouca gente sabe disso,
 26. mas *avalanche*, *alfaiate*, *tenor* e *pingue-pongue*
 27. são palavras de origem estrangeira; hoje já se
 28. naturalizaram, e certamente ninguém vê ameaça
 29. nelas. Afinal de contas, quando se começou a jogar
 30. aquela bolinha em cima da mesa, precisou-se de um
 31. nome; podíamos dizer *tênis de mesa*, e alguns tentaram,
 32. mas a palavra estrangeira venceu – só que virou
 33. portuguesa, hoje vive entre nós como uma imigrante já
 34. casada, com filhos brasileiros etc. Perdeu até o sotaque.
 35. Quero dizer que não há o menor sintoma de que os
 36. empréstimos estrangeiros estejam causando lesões na
 37. língua portuguesa; a maioria, aliás, desaparece em
 38. pouco tempo, e os que ficam se assimilam. Como toda
 39. língua, o português precisa crescer para dar conta das
 40. novidades sociais, tecnológicas, artísticas e culturais; e
 41. pode aceitar empréstimos – *ravióli*, *ioga*, *chucrute*,
 42. *balé* – e também pode (e com maior frequência)
 43. criar palavras a partir de seus próprios recursos –
 44. como *computador*, *ecologia*, *poluição* – ou então esten-
 45. der o uso de palavras antigas a novos significados –
 46. *executivo* ou *celular*, que significam coisas hoje que
 47. não significavam ___ vinte anos. Isso está acontecendo
 48. a todo o tempo com todas as línguas, e nunca levou
 49. nenhuma delas ___ extinção.

Adaptado de PERINI, M. A. *A língua do Brasil amanhã e outros mistérios*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. Páginas 11-14.

06. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas das linhas 02, 47 e 49 do texto, respectivamente.

- (A) As – a – a
- (B) Às – há – à
- (C) As – há – a
- (D) Às – a – a
- (E) Às – a – à

07. Considere as seguintes afirmações sobre algumas das ideias do texto.

- I - Segundo o autor, a língua portuguesa não corre o risco de desaparecer ou ter sua identidade alterada. Contudo, é preciso estar atento ao uso demasiado de estrangeirismos, que podem, no longo prazo, ameaçar a integridade da língua.
- II - Existem palavras da língua portuguesa que têm sua origem estrangeira e que nunca foram aportuguesadas, como *ravióli*, *ioga*, *chucrute*, *balé*, que mantêm sua pronúncia original.
- III- Além de a língua contar com novas palavras, criadas no seio da própria língua (*computador*, por exemplo), o autor destaca que palavras antigas na língua podem receber novos significados com o passar do tempo.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas III.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas II e III.

08. Assinale **V** (verdadeiro) ou **F** (falso) nas afirmações a seguir sobre algumas das ideias do texto.

- () Os empréstimos linguísticos são um fenômeno relativamente recente na língua, um reflexo de atividades modernas, como surfar, deletar e lidar com vocábulos da área do *marketing*.
- () A língua portuguesa está mudando mais rapidamente hoje do que antigamente para que seu vocabulário possa abarcar novidades de ordem social, tecnológica, artística e cultural.
- () Todas as línguas podem receber a influência de empréstimos linguísticos, não apenas a língua portuguesa.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) F – F – V.
- (B) V – F – V.
- (C) F – V – F.
- (D) V – V – F.
- (E) F – F – F.

09. O autor apresenta ***o casaco que cê ia sair com ele tá rasgado*** (l. 09) como exemplo de uso de gírias e expressões populares. Assinale a alternativa que apresenta uma possível reescrita dessa frase, de acordo com a norma culta da língua portuguesa.

- (A) O casaco que você sairia está rasgado.
- (B) O casaco que você sairia com ele está rasgado.
- (C) O casaco com o qual você sairia está rasgado.
- (D) O casaco com que tu sairia está rasgado.
- (E) O casaco que tu irias sair está rasgado.

10. Assinale a alternativa que contém apenas palavras empregadas como adjetivos no texto.

- (A) ***alarmantes*** (l. 01) – ***expansionistas*** (l. 04) – ***certamente*** (l. 14).
- (B) ***otimista*** (l. 10) – ***integridade*** (l. 16) – ***fatores*** (l. 17).
- (C) ***possível*** (l. 13) – ***influência*** (l. 18) – ***portuguesa*** (l. 24).
- (D) ***estrangeira*** (l. 27) – ***casada*** (l. 34) – ***menor*** (l. 35).
- (E) ***portuguesa*** (l. 33) – ***imigrante*** (l. 33) – ***brasileiros*** (l. 34) – ***novidades*** (l. 40).

Instrução: As questões 11 a 20 referem-se ao texto abaixo.

01. Todo mundo teve ao menos uma namorada esquisita,
 02. comigo não foi diferente. Beber é trivial, bebe-se por
 03. prazer, para comemorar, para esquecer, para suportar
 04. a vida, mas beber para ficar de ressaca nunca tinha
 05. visto. Essa era Stela, ela bebia em busca do lado escuro
 06. do porre. Acreditava que precisava desse terremoto
 07. orgânico para seu reequilíbrio espiritual.
 08. Sua ressaca era diferente, não como a nossa, tingida
 09. de culpa pelo excesso. A dela era almejada, portanto
 10. com propriedades metafísicas. Nem por isso passava
 11. menos mal, sofria muito, o desconforto era visível,
 12. pungente. Tomava coisas que poucos profissionais
 13. do copo se arriscariam, destilados das marcas mais
 14. diabo. Ou então era revés de um vinho da Serra com
 15. nome de Papa, algo que nem ao menos rolha tinha,
 16. era de tampinha. Bebida que, com sua qualidade,
 17. desonrava, simultaneamente, os vinhos e o pontífice.
 18. Não era masoquismo. Acompanhando suas
 19. peregrinações éticas, cheguei a outra conclusão: ela
 20. realmente precisava daquilo. Stela inventara uma
 21. religião do Santo Daime particular, caseira, sabia que
 22. era preciso passar pelo inferno para vislumbrar o céu.
 23. Os porres eram uma provação cósmica, um ordálio
 24. voluntário, um encontro reverencial com o sagrado.
 25. Depois da devastação do pileque, ela ficava melhor.
 26. Uma lucidez calma a invadia, sua beleza readquiria os
 27. traços que a marcavam, seus olhos voltavam ao
 28. brilho que me encantara. Tinha mergulhado no poço
 29. da existência e reavaliado seus rumos. Durante dias a
 30. paz reinava entre nós e entre ela e o mundo.
 31. Mas bastava uma nova dúvida em sua vida, uma
 32. decisão a tomar, e ela requisitava mais um inferno para
 33. se repensar. A rotina era extenuante. Quem aguenta uma
 34. mulher que, em vez de falar sobre a vida, mergulha
 35. num porre xamânico? Mas o amor perdoa. Lá estava
 36. eu ajudando-a a levantar-se de mais uma triste
 37. manguaça. Fiquei *expert* em reidratar e reanimar mortos,
 38. em contornar enxaquecas siderais e em amparar dengues
 39. existenciais.
 40. Amava Stela pela inusitada maneira de consultar o
 41. destino. Triste era o desencontro. Eu cansado por
 42. cuidá-la depois de uma noite mal dormida, servindo de
 43. enfermeiro, e ela radiante, prenha da energia que a
 44. purgação lhe rendera.
 45. Stela era irredutível no seu método terapêutico,
 46. dizia que só nesse estado se encontrava com o melhor
 47. de seu ser. Reiterava que era mais sábia durante o
 48. martírio. Insistia que, sóbria, em seu estado normal,
 49. sofria de um otimismo injustificado que lhe turvava a
 50. realidade. Seu lema era: "Só na ressaca enxergamos o
 51. mundo como ele é".
 52. Um dia, sem muitas palavras, Stela foi embora.
 53. Alguma ressaca oracular deve ter lhe dito que eu não
 54. era bom para seu futuro. Não a culpo.

Adaptado de: CORSO, M. *O valor da ressaca*. Zero Hora, n. 18489, 02/04/2016. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/zero-hora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a5711255.xml&template=3916.dwt&edition=28691§ion=4572>. Acessado em 02/04/2016.

11. Identifique a alternativa que apresenta uma interpretação adequada, no contexto em que se encontra, da frase que inicia o quinto parágrafo do texto.

- (A) Diante de uma dúvida ou decisão a tomar, Stela pedia ajuda ao namorado.
 (B) Diante de uma dúvida ou decisão a tomar, Stela refugiava-se em lugares pouco acessíveis.
 (C) Diante de uma dúvida ou decisão a tomar, Stela tomava um porre para ficar de ressaca.
 (D) Diante de uma dúvida ou decisão a tomar, Stela ia a lugares agitados para pensar sobre si mesma.
 (E) Diante de uma dúvida ou decisão a tomar, Stela sentia necessidade de infernizar a vida do namorado.

12. Considere as afirmações a seguir a respeito do uso de expressões referenciais no texto.

- I - A expressão **o pontífice** (l. 17) faz referência ao vinho que Stela costumava tomar.
 II - O pronome pessoal **a** (l. 26) faz referência a Stela.
 III- A expressão **a purgação** (l. 43-44) faz referência ao desencontro entre Stela e o namorado.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
 (B) Apenas II.
 (C) Apenas III.
 (D) Apenas I e II.
 (E) Apenas II e III.

13. Assinale a alternativa em que o trecho extraído do texto **NÃO** contém expressão com sentido metafórico.

- (A) **terremoto orgânico** (l. 06-07)
 (B) **a nossa, tingida de culpa** (l. 08-09)
 (C) **requisitava mais um inferno para se repensar** (l. 32-33)
 (D) **poço da existência** (l. 28-29)
 (E) **otimismo injustificado** (l. 49)

14. Considere as afirmações a seguir sobre o uso de pronomes oblíquos de terceira pessoa no texto.

- I - O pronome **se** (l. 13) é um pronome recíproco.
 II - O pronome **se** (l. 33) é um pronome reflexivo.
 III- O pronome **se** (l. 36) é um pronome recíproco.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
 (B) Apenas II.
 (C) Apenas III.
 (D) Apenas I e II.
 (E) Apenas II e III.

15. Assinale a alternativa que apresenta uma forma verbal que expressa o sentido contextual da palavra **turvava** (l. 49).

- (A) distorcia
- (B) refletia
- (C) repetia
- (D) endurecia
- (E) esclarecia

16. Considere as afirmações a seguir.

- I - O pronome **a** (l. 26) exerce a função de objeto direto.
- II - O pronome **lhe** (l. 44) exerce a função de complemento nominal.
- III- O pronome **lhe** (l. 53) exerce a função de objeto indireto.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas II e III.

17. Assinale a alternativa que apresenta a classificação gramatical da palavra **A** da linha 09, da palavra **a** da linha 19 e da palavra **a** da linha 54, respectivamente.

- (A) preposição – artigo definido – pronome pessoal
- (B) pronome pessoal – artigo definido – preposição
- (C) pronome pessoal – preposição – pronome pessoal
- (D) artigo definido – preposição – pronome pessoal
- (E) artigo definido – artigo definido – preposição

18. Assinale a alternativa em que a palavra extraída do texto **NÃO** apresenta, em sua formação, processo de derivação prefixal.

- (A) **reequilíbrio** (l. 07)
- (B) **realmente** (l. 20)
- (C) **readquiria** (l. 26)
- (D) **reavaliado** (l. 29)
- (E) **reanimar** (l. 37)

19. Considere as seguintes formas encontradas no texto.

- I - **por** (l. 10)
- II - **pelo** (l. 22)
- III- **pela** (l. 40)
- IV- **por** (l. 41)

Quais veiculam ideia de causa?

- (A) Apenas III.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) Apenas I, III e IV.

20. Em qual das linhas do texto referidas abaixo a palavra **que** é uma conjunção integrante?

- (A) Linha 06.
- (B) Linha 12.
- (C) Linha 15.
- (D) Linha 34.
- (E) Linha 49.

21. Assinale a alternativa correta sobre os fundamentos dos direitos da criança e do adolescente.

- (A) Situação Irregular é a situação jurídica em que se enquadram menores sob tutela do estado desde a Constituição Federal de 1988.
- (B) Negligência é uma forma de maus tratos contra a criança e o adolescente, que pode ensejar a aplicação de medidas socioeducativas.
- (C) Tribunais de Menores são instâncias exclusivas para o atendimento de crianças e adolescentes considerados irregulares.
- (D) A condição peculiar de desenvolvimento é uma das justificativas para a previsão de direitos especiais de crianças e adolescentes na Constituição Federal.
- (E) Em casos de maus tratos contra adolescentes, não cabe aplicação de medidas de proteção, ao contrário do que ocorre em relação a crianças.

22. A afirmação de que a garantia dos direitos da criança e do adolescente tem absoluta prioridade decorre de definição

- (A) do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (B) da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- (C) da Constituição Federal de 1988.
- (D) do Plano Nacional de Direitos Humanos.
- (E) da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

23. Um adolescente que comete um ato infracional aos 17 anos e seis meses de idade, está sujeito

- (A) a ser responsabilizado perante o Estatuto da Criança e do Adolescente, desde que responda a processo judicial até completar 18 anos.
- (B) a que lhe seja aplicada uma medida socioeducativa, a qual poderá vir a ser cumprida até que complete 21 anos de idade.
- (C) à responsabilização perante a Justiça da Infância e da Juventude até completar 18 anos de idade.
- (D) a responder, necessariamente, a um processo judicial, ao fim do qual receberá uma medida socioeducativa com duração de três anos.
- (E) a responder a um processo perante a Vara da Infância e da Juventude até completar 18 anos, quando, então, o mesmo processo será encaminhado para a Justiça Penal comum, para que esta dê seguimento.

24. A Emenda Constitucional nº 59/2009 estabelece a obrigatoriedade da educação básica dos quatro aos 17 anos de idade. Em função disso, o adolescente privado de liberdade deverá, prioritariamente,

- (A) ter apoio pedagógico para continuar estudando quando for liberado.
- (B) frequentar uma escola da comunidade.
- (C) receber uma formação para o trabalho, a fim de garantir seu sustento quando liberado.
- (D) ter garantida a sua frequência a uma escola de qualidade enquanto estiver privado de liberdade.
- (E) frequentar programas de aceleração da aprendizagem, a fim de suprir possíveis lacunas em sua formação.

25. Em relação às medidas socioeducativas, assinale a alternativa correta.

- (A) A prestação de serviço à comunidade será estabelecida pelo prazo mínimo de 6 meses.
- (B) A medida socioeducativa de liberdade assistida deve ser aplicada pelo prazo máximo de 6 meses.
- (C) A medida socioeducativa de semiliberdade possibilita, desde o início de seu cumprimento, a realização de atividades externas, como frequência à escola e a curso profissionalizante.
- (D) As medidas privativas de liberdade não estão sujeitas aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição de pessoa em desenvolvimento.
- (E) A medida socioeducativa de internação, no caso de ter sido aplicada devido à prática de ato infracional de maior gravidade, como os equivalentes a crimes hediondos, não está limitada ao prazo máximo de 3 anos.

26. O Plano Nacional de Educação, em sua Meta 1, estabelece: "Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE".

De acordo com o Conselho Nacional de Educação, assinale a alternativa correta.

- (A) Todas as crianças que completaram seis anos até 1º de janeiro de 2016 devem estar frequentando a pré-escola.
- (B) Todas as crianças que completarem seis anos até 30 de dezembro de 2016 devem estar frequentando a pré-escola.
- (C) Todas as crianças que completaram seis anos até 31 de março de 2016 devem estar frequentando a pré-escola.
- (D) Cabe aos governos municipais estabelecerem a idade de corte para ingresso na pré-escola.
- (E) Cabe ao juiz estabelecer a idade de corte para ingresso na pré-escola.

27. Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a respeito do direito à convivência familiar e comunitária, assinale a alternativa correta.

- (A) A adoção só é possível depois de declarada morte de um dos pais.
- (B) A tutela é o instituto provisório que regulariza a posse de fato e antecede à adoção.
- (C) A adoção é medida provisória e reversível.
- (D) A guarda é instituto provisório e é definida a terceiros quando não é possível manter, ainda que temporariamente, a convivência com a família biológica.
- (E) A guarda e a adoção são formas de colocação da criança e do adolescente em família substituta; são medidas protetivas aplicadas pelo Conselho Tutelar.

28. Os dados sobre o nível de escolarização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas demonstram que os mesmos apresentam atraso escolar com significativa defasagem idade/série.

Com relação a essa defasagem, considere os itens abaixo.

- I - Comprometimento com o crime, levando ao desinteresse pela escola.
- II - Deficiência cognitiva decorrente das condições de vida.
- III - Inadequação das propostas escolares para esta população.
- IV - Processo de opressão/exclusão social que atinge várias dimensões da vida e que tem na inadequação da escola um fator decisivo.
- V - Negligência familiar.

Quais itens apresentam razões que melhor explicam a defasagem idade/série?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e IV.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas III e V.
- (E) I, II, III, IV e V.

29. Determinada decisão do Conselho Tutelar foi revista pelo Juiz da Infância e da Juventude competente, a partir de pedido do interessado. Com relação aos argumentos que integraram a fundamentação do juiz, considere os itens abaixo.

- I - Não compete ao Conselho Tutelar inclusão de crianças e adolescentes em programa de acolhimento familiar.
- II - Os interessados comprovaram que a decisão teria sido tomada por um só conselheiro, que apenas utilizou-se de documento previamente assinado pelos demais conselheiros, prática comum naquele Conselho Tutelar, porém diversa da previsão legal.
- III- Não é atribuição do Conselho Tutelar requisitar vaga em serviço público, mas somente do Juiz.
- IV- O relatório encaminhado ao Ministério Público pelo Conselho Tutelar, visando à abertura de procedimento para destituição do poder familiar, veio assinado apenas por conselheiros, não por técnicos da prefeitura.

Quais, conforme o ECA, apresentam argumentos procedentes no que se refere à decisão do juiz?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) Apenas I, II e IV.

30. No que se refere ao trabalho pedagógico com adolescentes em conflito com a lei, considere as afirmações abaixo.

- I - Deve ser realizado desde o primeiro contato do adolescente com um agente do Estado, em geral policial.
- II - Deve ser realizado a partir do momento em que se inicia o Plano Individual de Atendimento (PIA).
- III- Deve ser realizado a partir do momento em que o adolescente é matriculado na escola e durante o acompanhamento de sua escolarização.
- IV- Deve ser realizado durante todo o período de contato que o adolescente terá com órgãos de Estado, desde a sua apreensão, durante o processo judicial, até o final do cumprimento da medida socioeducativa.
- V - Deve ser realizado apenas durante os programas de inserção do adolescente na comunidade.

Quais estão corretas com relação ao período em que o trabalho pedagógico deve ser realizado?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) Apenas IV e V.

31. Três crianças, de três, cinco e sete anos de idade, têm sido vítimas de várias situações de negligência por parte da mãe, com quem moram. Tal fato chegou ao conhecimento da escola onde as crianças estudam, e as professoras resolveram, então, denunciá-lo. De acordo com a previsão legal cabível, determinadas providências devem ser tomadas. Com relação a isso, considere as medidas abaixo.

- I - Atuação do Conselho Tutelar e, se necessário, do Ministério Público e da Justiça da Infância e da Juventude.
- II - Aplicação de medidas socioeducativas.
- III- Internação provisória.
- IV- Aplicação de medida de colocação em instituição de acolhimento por parte do Conselho Tutelar.
- V - Aplicação de medida protetiva de colocação em família substituta por parte do Juiz da Infância e da Juventude.

Quais configuram ações possíveis em relação ao caso acima mencionado?

- (A) Apenas I e V.
- (B) Apenas IV e V.
- (C) Apenas I, II e III.
- (D) Apenas I, IV e V.
- (E) Apenas II, III e V.

32. A Lei nº 10.097/2000 regulamenta a inserção dos adolescentes no mercado de trabalho para fins de aprendizagem. A idade prevista para a participação nos programas de aprendizagem é a partir de

- (A) 12 anos.
- (B) 14 anos.
- (C) 15 anos.
- (D) 16 anos.
- (E) 18 anos.

33. Apresentado o adolescente autor de ato infracional ao Ministério Público, o promotor pode

- (A) aplicar medida de colocação em família substituta.
- (B) aplicar medida socioeducativa de internação.
- (C) propor ao adolescente remissão, o que terá que ser homologado pelo juiz competente.
- (D) aplicar medida socioeducativa em meio-aberto, sem necessidade de homologação judicial.
- (E) aplicar medida socioeducativa de advertência ao adolescente e seus responsáveis.

34. Todas as empresas devem contratar adolescentes como aprendizes, os quais serão encaminhados para programas de aprendizagem que lhes proporcionem formação profissional, prática e teórica, sem dispensar a frequência à escola. O número de vagas a ser oferecido em cada empresa é

- (A) de 2% do número de funcionários.
- (B) de 5% do número de funcionários, no mínimo; e 15%, no máximo.
- (C) de 10% do número de funcionários.
- (D) a critério da empresa.
- (E) de 8% do número de funcionários.

35. Trata-se de decisão judicial em razão do não cumprimento de medida em meio-aberto:

- (A) internação provisória.
- (B) regressão.
- (C) avaliação da medida socioeducativa.
- (D) prestação de serviço à comunidade.
- (E) liberdade assistida.

36. O Parecer nº 282/2015 do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul responde a consultas subscritas por Promotores de Justiça, os quais solicitam esclarecimentos em relação a cancelamento compulsório de matrícula e transferência dirigida de aluno. Segundo este parecer, diante de uma falta grave, o aluno deverá

- (A) ser transferido, após receber orientações, para outro estabelecimento de ensino.
- (B) ser punido com medidas disciplinares no próprio estabelecimento em que está matriculado e de acordo com critérios estabelecidos pela equipe diretiva.
- (C) ser suspenso da escola por tempo determinado.
- (D) ter sua situação analisada junto com a família e, se necessário, com o auxílio do Conselho Tutelar, a fim de que se busque uma solução que não o prejudique.
- (E) ser transferido compulsoriamente para outro estabelecimento de ensino.

37. Os avós de uma adolescente de quinze anos de idade pretendem mover ação de suspensão do poder familiar contra os pais da menina. Argumentam que a neta estaria na condição de evasão escolar e uso abusivo de drogas, e que os pais são ausentes e negligentes, embora tenham sido advertidos diversas vezes sobre as consequências negativas de seu descaso para a formação da menina.

No que diz respeito a esse caso, assinale a alternativa correta.

- (A) Os avós possuem legitimidade para propor a ação de suspensão do poder familiar, processo que deverá tramitar perante a Justiça da Infância e da Juventude.
- (B) Os argumentos indicados pelos avós são suficientes ao pleito de aplicação de multa e repreensão aos pais negligentes, por se tratar de infração administrativa.
- (C) Avós não têm legitimidade para propor a ação, que deve ser movida exclusivamente pelo Ministério Público.
- (D) Os elementos indicados pelos avós são suficientes ao pleito de suspensão do poder familiar, do mesmo modo que a falta ou a carência de recursos materiais são, ainda que isoladamente, justo motivo para propositura da medida de suspensão do poder familiar.
- (E) Os argumentos indicados pelos avós são irrelevantes a dar ensejo à medida de suspensão de poder familiar, medida grave e excepcionalmente aplicada.

38. Com relação às entidades não governamentais que executam Programas de Aprendizagem destinados a adolescentes, nos termos da Lei nº 10.097/2000, assinale a alternativa correta.

- (A) Essas entidades executam um programa de atendimento previsto no ECA e voltado para a profissionalização dos jovens, mas não necessitam de registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- (B) Por serem reguladas por lei específica, essas entidades não necessitam seguir as regras estabelecidas pelo ECA para programas de atendimento.
- (C) As entidades realizam, na verdade, programas de execução de medidas socioeducativas em meio-aberto, destinados a adolescentes em conflito com a lei.
- (D) Essas entidades devem manter o registro do programa de atendimento no respectivo Conselho Municipal da cidade em que este esteja funcionando.
- (E) Essas entidades podem executar o Programa de Aprendizagem a partir do momento em que sejam autorizadas por um dos órgãos do Sistema S, como SENAI, SENAC e SENAR.

39. De acordo com a Lei do SINASE (Lei nº 12.594/12), a "incompletude institucional" constitui-se princípio fundamental e orientador do Sistema Socioeducativo. De acordo com esse princípio,

- (A) as instituições de privação de liberdade devem desenvolver, por conta própria, programas em todas as áreas de atendimento a que os adolescentes têm direito, como saúde, educação, profissionalização, lazer, etc.
- (B) deve existir, junto às instituições de privação de liberdade, uma escola regular de qualidade.
- (C) todos os programas de execução de medidas socioeducativas, seja de meio-aberto (PSC/LA), seja de privação de liberdade, devem proporcionar atendimento integral para o desenvolvimento e recuperação dos adolescentes.
- (D) o Sistema Socioeducativo caracteriza-se pela responsabilidade das políticas setoriais destinadas ao atendimento aos adolescentes.
- (E) o adolescente deve sempre frequentar a escola da comunidade.

40. Com relação à competência dos órgãos previstos no ECA, assinale a alternativa correta.

- (A) O juiz da infância e da juventude é competente para apurar crimes cometidos por adultos, em concurso com adolescentes.
- (B) O Conselho Tutelar pode deliberar sobre colocação em família substituta, em qualquer que seja a modalidade.
- (C) O Ministério Público da Infância e da Juventude é competente para ingressar com ação civil pública, em caso de ausência de uma política pública necessária para as crianças e adolescentes de uma determinada comunidade.
- (D) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deve atender situações de maus tratos a crianças e aplicar medidas protetivas.
- (E) O dirigente de uma instituição de acolhimento deve cuidar do bem-estar das crianças lá acolhidas, mas não tem responsabilidade com relação à guarda das mesmas.

41. Caso o adolescente cumprindo medida socioeducativa não disponha, no ato da matrícula, de boletim, histórico escolar, certificado, memorial ou qualquer documentação referente à sua trajetória escolar, a escola deverá

- (A) permitir que ele frequente as aulas como ouvinte.
- (B) fazer todos os esforços para recuperar os documentos escolares do adolescente para, só então, matriculá-lo.
- (C) desenvolver um apoio escolar individualizado, à margem da escola, até que seja regularizada sua documentação.
- (D) solicitar à família que resolva o problema da documentação escolar.
- (E) realizar avaliação diagnóstica para a definição da série ou ciclo, etapa e modalidade mais adequada ao seu nível de aprendizagem.

42. Durante uma manifestação em Porto Alegre, sete adolescentes, junto com vários adultos, foram apreendidos por estarem praticando atos de dano ao patrimônio público. De acordo com o procedimento previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que

- (A) os adolescentes deveriam ser encaminhados junto com os adultos para o Quartel da Brigada Militar, não sendo possível o registro de ocorrência na delegacia comum, pois não se trata de ato infracional.
- (B) os adultos deveriam ser encaminhados à delegacia comum, e os adolescentes ao Conselho Tutelar, sendo chamados os seus pais ou responsáveis.
- (C) os adolescentes deveriam ser encaminhados à delegacia especializada e, chamados os pais ou responsáveis, poderiam ser liberados, desde que se apresentassem em data apazada ao Ministério Público para que se desse sequência ao procedimento cabível.
- (D) os adolescentes deveriam ser encaminhados diretamente ao juiz de plantão no Foro Central, para a decretação da necessária medida de internação provisória.
- (E) os adolescentes deveriam ser imediatamente liberados.

43. A metodologia proposta pela Justiça Restaurativa caracteriza-se, principalmente, _____, na construção de uma cultura de paz.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do parágrafo acima.

- (A) pela prevenção de conflitos
- (B) pela mediação de conflitos
- (C) pela substituição da ação judicial
- (D) pelo resgate da autoestima do adolescente
- (E) pelo envolvimento da comunidade na solução dos conflitos

44. Três irmãs, Vanessa, com 18 anos de idade, Sandi, com 17 anos de idade, e Kelly, com 11 anos de idade, foram surpreendidas praticando tráfico de drogas na rua onde moram. Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que

- (A) Vanessa não será processada criminalmente por sua conduta, visto que as demais autoras do fato são menores de idade e, nesse caso, as condições de caráter pessoal comunicam-se.
- (B) Sandi poderá ficar submetida a uma medida socioeducativa.
- (C) Sandi e Kelly praticaram ato infracional e responderão a procedimento junto à Vara da Infância e Juventude, podendo ser aplicada, para ambas, medida socioeducativa.
- (D) Vanessa, Sandi e Kelly serão processadas criminalmente pelos seus atos, caso fique demonstrado que todas quiseram praticar o fato e possuíam plena capacidade de entender o caráter ilícito dele.
- (E) Kelly deverá ser encaminhada ao Conselho Tutelar, a quem cabe aplicar a medida socioeducativa cabível.

45. Os dados do Levantamento Anual da Coordenação-Geral do SINASE (SNPDCA/SDH/PR 2012) indicam que a taxa de restrição e privação de liberdade aumentou de 4,5%, em 2010, para 10,6%, em 2011. Também cresceram os atos infracionais relacionados ao tráfico de drogas (de 7,5%, em 2010, para 26,6%, em 2011). Esta tendência confirmou-se nos anos seguintes.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, a restrição e privação de liberdade deverá ser aplicada nos casos em que o adolescente

- (A) oferecer perigo à comunidade.
- (B) não demonstrar arrependimento pelo ato infracional cometido.
- (C) necessite de proteção contra ameaça de morte.
- (D) tenha praticado ato infracional mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou por reiteração no cometimento de outras infrações graves.
- (E) participar no crime organizado com ligação ao tráfico de drogas.

46. Um adolescente cumpria medida de Prestação de Serviço à Comunidade há três meses, tendo sido concluído o processo no qual foi julgado pelo cometimento de ato infracional de dano ao patrimônio, quando ateou fogo a um contêiner de lixo.

Deixou de ir à escola e não compareceu mais ao local onde cumpria a medida. Em razão disso, o juiz regrediu sua medida. Está internado na FASE/RS há 6 meses. Questionado pelo defensor, manifesta-se o juiz no sentido de que não vai liberar o adolescente porque ele é suspeito de outro ato infracional.

Com relação ao quadro acima descrito, é possível afirmar que se trata de uma situação

- (A) irregular, pois, como o ato praticado ensejou a aplicação de medida socioeducativa em meio-aberto, não cabe regressão.
- (B) regular, pois o limite de tempo para esse tipo de internação é de três anos.
- (C) irregular, pois o limite de tempo para esse tipo de internação é de 45 dias.
- (D) irregular, pois, no caso de eventual novo ato, se envolvendo violência à pessoa, enquanto estivesse sendo processado, poderia restar em internação provisória por, no máximo, 90 dias.
- (E) irregular, pois o limite de tempo para esse tipo de internação é de 90 dias. Caso estivesse em internação provisória, em razão do novo ato, poderia ficar, no máximo, mais 45 dias.

47. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviço à comunidade; liberdade assistida; regime de semiliberdade e internação.

As medidas em meio-aberto _____.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do parágrafo acima.

- (A) não exigem o devido processo legal e a apresentação de provas contundentes, por serem menos gravosas
- (B) são medidas de caráter preventivo com vista a que o adolescente não cometa novos delitos
- (C) devem ser aplicadas depois do devido processo legal, quando houver comprovação de prática de ato infracional
- (D) serão aplicadas para infrações leves, sem exigirem o devido processo legal
- (E) visam proteger o adolescente de um maior envolvimento com o crime

48. Imediatamente após o acolhimento da criança ou do adolescente, a entidade responsável pelo programa de acolhimento institucional ou familiar elaborará um plano individual de atendimento visando, com prioridade, _____.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do parágrafo acima.

- (A) a preservação dos vínculos familiares e a promoção da reintegração familiar da criança ou do adolescente
- (B) o pleno desenvolvimento da criança ou do adolescente, em substituição à família
- (C) a integração da criança ou do adolescente na comunidade
- (D) a escolarização e o desenvolvimento integral da criança ou do adolescente
- (E) a prevenção face ao risco de envolvimento em atos infracionais da criança ou do adolescente

49. No que se refere à execução de medida socioeducativa, assinale a alternativa correta.

- (A) Por ocasião da reavaliação da medida, não é obrigatória a apresentação, pela direção do programa de atendimento, de relatório da equipe técnica responsável pelo acompanhamento do adolescente.
- (B) No caso de adolescente portador de doença mental, excepcionalmente, o juiz poderá suspender a execução da medida socioeducativa, com vistas a incluí-lo em programa de atenção integral à saúde mental.
- (C) Não é necessário que a escola regular seja oferecida a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação.
- (D) Não há previsão legal específica para que adolescentes privadas de liberdade permaneçam com seus filhos durante o período de amamentação.
- (E) A atenção à saúde dos adolescentes, mesmo em cumprimento de medida socioeducativa de internação, deverá ser realizada exclusivamente na rede de saúde em meio-aberto.

50. No Plano Nacional Socioeducativo, o EIXO 3 – Participação e Autonomia dos Adolescentes tem por objetivo: “Implantação de instrumentos e mecanismos de participação, que fortaleçam o controle social”.

Assinale a alternativa que apresenta uma meta correspondente ao eixo e ao objetivo acima mencionados.

- (A) Incentivar as famílias a acompanharem a execução da MSE.
- (B) Incentivar a participação autônoma dos adolescentes na construção e implementação da proposta socioeducativa, na execução de todas as MSEs.
- (C) Criar mecanismos de controle que integrem o poder Judiciário e o Executivo (Educação, Saúde e Assistência Social).
- (D) Orientar os profissionais que trabalham na execução das MSEs, para que impulsionem a promoção dos adolescentes e em todos os âmbitos (Estadual, Municipal e nas Unidades Socioeducativas).
- (E) Acompanhar a vida escolar e o desenvolvimento integral dos adolescentes.

51. Conforme previsto nas “Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade”, pode-se afirmar que

- (A) o ensino dos jovens privados de liberdade deverá ser feito fora do estabelecimento, em escolas da comunidade, sempre que possível.
- (B) os diplomas ou certificados de estudos outorgados aos jovens durante sua detenção deverão indicar que os mesmos estavam detidos, tendo em vista sua aceitação em níveis de ensino compatíveis.
- (C) todo jovem terá direito a receber formação, porém, essa deve ser genérica e não voltada especificamente para um futuro emprego.
- (D) em hipótese alguma será previsto trabalho aos jovens privados de liberdade, considerando-se as normas nacionais e internacionais de proteção ao trabalho de crianças e adolescentes.
- (E) toda a remuneração do jovem deverá ser reservada para constituir um fundo, que lhe será entregue quando posto em liberdade, não devendo ser utilizada para indenização da vítima prejudicada pelo seu delito.

52. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos afirma:

“(...) a mobilização global para a educação em direitos humanos está imbricada no conceito de educação para uma cultura democrática, na compreensão dos contextos nacional e internacional, nos valores da tolerância, da solidariedade, da justiça social e na sustentabilidade, na inclusão e na pluralidade”.

Assinale a alternativa que apresenta o princípio fundante dos Direitos Humanos.

- (A) Todos são iguais perante a lei, sem discriminação de sexo, raça ou religião.
- (B) É necessário acabar com as diferenças sociais e promover programas sociais.
- (C) Os indivíduos são portadores de direitos inalienáveis, que devem ser reconhecidos pelo sistema de justiça.
- (D) Os direitos humanos foram construídos historicamente como parte de um referencial religioso.
- (E) Os direitos humanos significam que todos têm direito a ter direitos, e que os mesmos não decorrem nem de Deus, nem da autoridade, mas da condição de ser humano.

53. No que se refere aos direitos dos jovens privados de liberdade, previstos nas “Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade”, considere as afirmações abaixo.

- I - Todo jovem deverá ter o direito de receber visitas regulares e frequentes, a princípio uma vez por semana e, pelo menos, uma vez por mês, em condições que respeitem a necessidade de intimidade do jovem, o contato e a comunicação, sem restrições, com a família e com o advogado de defesa.
- II - Os jovens deverão ter a oportunidade de se informar, periodicamente, dos acontecimentos através de jornais, revistas ou outras publicações, programas de rádio, televisão e cinema.
- III - Em todo centro onde haja jovens detidos, excepcionalmente, será permitido o porte e o uso de armas por parte dos funcionários.
- IV - Somente em casos excepcionais, quando todos os demais meios de controle tenham se esgotado e fracassado, poderá usar-se a força ou instrumentos de coerção, sem necessidade de autorização expressa ou previsão normativa.
- V - Todo jovem deverá receber atenção médica adequada, tanto preventiva como corretiva, incluída a atenção odontológica, oftalmológica e de saúde mental, assim como os produtos farmacêuticos e dietas especiais que tenham sido receitados pelo médico.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I, II e V.
- (C) Apenas II, III e IV.
- (D) Apenas II, IV e V.
- (E) Apenas III, IV e V.

54. A lei do SINASE (Lei nº 12.594/12) e o Plano Nacional Socioeducativo propõem a promoção do protagonismo juvenil. Para tanto, na execução das MSEs, o adolescente deverá ter acesso a

- (A) curso de formação profissional.
- (B) experiência de empreendedorismo.
- (C) formação integral com ênfase na escolarização em todos os níveis.
- (D) desenvolvimento da criatividade com vivências artísticas.
- (E) vivência da condição de sujeito de direitos em todas as circunstâncias.

55. Com relação ao Pedagogo Judiciário, considere os itens abaixo.

- I - Acompanhar a vida escolar do adolescente em MSE, seja em programa em meio-aberto ou em meio fechado.
- II - Zelar pela integração familiar e comunitária do adolescente e pelo seu desenvolvimento pessoal.
- III- Integrar seu trabalho com o dos outros técnicos judiciários no sentido de garantir que o processo vivido pela criança e/ou adolescente no sistema de justiça seja o mais educativo possível.
- IV - Assessorar o Juiz da Infância em suas decisões relativas à escolarização de crianças e adolescentes e no cumprimento da escolaridade obrigatória conforme o PNE.
- V - Assessorar o Juiz da Infância na definição e na execução das medidas socioeducativas.

Quais apresentam funções do Pedagogo Judiciário?

- (A) Apenas I, III e IV.
- (B) Apenas I, IV e V.
- (C) Apenas II, III e V.
- (D) Apenas II, IV e V.
- (E) Apenas III, IV e V.

56. De acordo com a "Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes", tortura é

- (A) todo o ato desumano e degradante realizado especificamente contra adolescentes privados de liberdade.
- (B) todo o ato pelo qual uma violenta dor ou sofrimento, físico ou mental, é infringido a uma pessoa, com o fim de obter dela ou de uma terceira pessoa informações ou confissão, ou com o fim de puni-la por ato que ela ou terceira pessoa tenha cometido ou sejam suspeitas de terem cometido.
- (C) todo ato de discriminação imposto por funcionário público ou pessoa no exercício de função pública.
- (D) todo o ato de submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.
- (E) todo ato praticado contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos, sendo sua pena aumentada em 1/3.

57. As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos e/ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada ação. Sobre essa previsão da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/93 – LOAS), é possível afirmar que

- (A) proteção especial é aquela a ser oferecida em todos os territórios, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.
- (B) o CREAS é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.
- (C) o CRAS e o CREAS não necessitam ser unidades exclusivamente públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS; podem ser implementados em parcerias com a sociedade civil.
- (D) o CRAS tem função específica de interface com as demais políticas públicas de articulação, não sendo de sua competência a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.
- (E) a proteção básica tem atribuição de prestar o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), ofertado no CREAS.

58. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, conforme previsto na Lei nº 13.146/2015. Sobre tal previsão, é correto afirmar que

- (A) deve ser assegurado às pessoas com deficiência um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível dos talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo as características, interesses e necessidades de aprendizagem.
- (B) é dever exclusivo da família assegurar à pessoa com deficiência oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua, e, na modalidade escrita, em Português como segunda língua.
- (C) o disposto e as obrigações previstas na lei se aplicam, obrigatoriamente, às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, que podem cobrar valores adicionais pelos serviços individualizados e especializados que disponibilizem.
- (D) os conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, devem abranger obrigatoriamente temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento, sendo vedado o atendimento especializado para alunos deficientes.
- (E) a educação da pessoa deficiente deve ser assegurada, com absoluta prioridade, em escolas especiais, adequadas e voltadas para seu desenvolvimento físico e emocional.

59. Considera-se pessoa com deficiência, conforme previsto pela Lei nº 13.146/2015, aquela que tem

- (A) impedimento de médio prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial.
- (B) impedimento de longo prazo de natureza eminentemente física, ou seja, aquela que, em interação com uma ou mais barreiras, pode ter obstruída sua participação plena e efetiva na sociedade.
- (C) impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que inviabilize a sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- (D) impedimento mental, intelectual ou sensorial, ou seja, aquela que, em interação com uma ou mais barreiras físicas, pode ter obstruída sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- (E) restrições de participação social e limitações no desempenho de atividades, desde que avaliada por médico perito da previdência social.

60. No que se refere à previsão das "Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça, da Infância e da Juventude (REGRAS DE BEIJING)", considere as afirmações abaixo.

- I - Jovem é toda a criança ou adolescente que, de acordo com o sistema jurídico respectivo, pode responder por uma infração de forma diferente do adulto.
- II - Infração é todo crime considerado grave, penalizado com a lei, de acordo com o respectivo sistema jurídico.
- III- Tendo-se em conta as diversas necessidades especiais dos jovens, assim como a diversidade de medidas disponíveis, facultar-se-á uma margem suficiente de medidas discricionárias, flexibilizando-se, assim, garantias processuais.
- IV - Deve ser priorizada a intervenção junto aos jovens infratores por meio de práticas restaurativas.
- V - A privação de liberdade pessoal não é imposta, a não ser que o jovem tenha praticado ato grave envolvendo violência contra outra pessoa ou por reincidência no cometimento de outras infrações sérias, e a menos que não haja outra medida apropriada.

Quais estão corretas de acordo com as referidas REGRAS DE BEIJING?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e V.
- (C) Apenas I, II e IV.
- (D) Apenas II, III e V.
- (E) Apenas III, IV e V.

61. Com relação ao casamento, e considerando as disposições do Código Civil, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) O homem e a mulher com dezesseis anos podem casar, exigindo-se autorização de ambos os pais, ou de seus representantes legais, enquanto não atingida a maioridade civil.
- (B) A pessoa com deficiência mental ou intelectual, mesmo em idade núbil, não poderá contrair matrimônio.
- (C) O tutor ou o curador, seus descendentes, ascendentes, irmãos, cunhados ou sobrinhos não devem casar com a pessoa tutelada ou curatelada, enquanto não cessar a tutela ou curatela e não estiverem saldadas as respectivas contas.
- (D) O casamento religioso que atender às exigências da lei para a validade do casamento civil equipara-se a este, desde que registrado no registro próprio, produzindo efeitos a partir da data de sua celebração.
- (E) Os impedimentos podem ser opostos, até o momento da celebração do casamento, por qualquer pessoa capaz.

62. Quanto aos impedimentos para o casamento, tendo em vista as disposições do Código Civil, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Não podem casar os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil.
- (B) O adotante não pode casar com quem foi cônjuge do adotado, e tampouco o adotado pode casar com quem foi cônjuge do adotante.
- (C) O adotado não pode casar com o filho do adotante.
- (D) O cônjuge sobrevivente não pode casar com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte.
- (E) Os afins em linha colateral não podem casar entre si.

63. Tendo em vista as disposições do Código Civil a respeito da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal, assinale a alternativa correta.

- (A) O cônjuge pode pedir a separação judicial quando o outro estiver acometido de doença mental grave, manifestada após o casamento, que torne impossível a continuação da vida em comum, desde que, após uma duração de dois anos, a enfermidade tenha sido reconhecida de cura improvável.
- (B) O casamento válido se dissolve pela separação judicial.
- (C) A sociedade conjugal termina após a decretação da separação de corpos pelo juízo.
- (D) A separação judicial pode ser pedida se um dos cônjuges provar ruptura da vida em comum há mais de dois anos.
- (E) Somente caracterizará a impossibilidade da comunhão de vida a ocorrência de sevícia ou injúria grave.

64. Sobre a proteção das pessoas dos filhos no Código Civil, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) O pai ou a mãe que contrair novas núpcias não perde o direito de ter consigo os filhos, que só lhe poderão ser retirados por mandado judicial, provado que não são tratados convenientemente.
- (B) As disposições relativas à guarda e prestação de alimentos aos filhos menores não se estendem aos maiores incapazes.
- (C) O pai ou a mãe em cuja guarda não estejam os filhos poderá visitá-los e tê-los em sua companhia, segundo o que acordar com o outro cônjuge ou for fixado pelo juiz, bem como fiscalizar sua manutenção e educação.
- (D) O direito de visita estende-se a qualquer dos avós, a critério do juiz, observados os interesses da criança ou do adolescente.
- (E) A guarda será unilateral ou compartilhada.

65. Considere as afirmações abaixo, concernentes à união estável, tendo em vista as disposições expressas no Código Civil.

- I - As relações pessoais entre os companheiros obedecerão aos deveres de lealdade, respeito e assistência, e de guarda, sustento e educação dos filhos.
- II - É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua, duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.
- III- Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

66. Assinale a alternativa que **NÃO** é considerada pena restritiva de direitos pelo Código Penal.

- (A) Perda de bens e valores.
- (B) Prestação pecuniária.
- (C) Prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.
- (D) Interdição definitiva de direitos.
- (E) Limitação de fim de semana.

67. Considere as afirmações abaixo, tendo em vista as disposições do Código Penal.

- I - A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é aplicável às condenações superiores a seis meses de privação da liberdade.
- II - A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas consiste na atribuição, ao condenado, de tarefas que serão remuneradas.
- III- A prestação de serviço à comunidade dar-se-á exclusivamente em entidades assistenciais estatais.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

68. Tendo em vista as disposições da Lei Federal nº 7.210/1984, assinale a alternativa que **NÃO** constitui um direito do preso.

- (A) Atribuição de trabalho e sua remuneração.
- (B) Previdência Social.
- (C) Constituição de pecúlio.
- (D) Alimentação suficiente e vestuário.
- (E) Exercício pleno e irrestrito das atividades profissionais e intelectuais anteriores à condenação.

69. Tendo em vista as disposições da Lei Federal nº 7.210/1984, assinale a alternativa que **NÃO** contempla órgão da execução penal.

- (A) O Juízo da Execução.
- (B) O Ministério Público.
- (C) A Defensoria Pública.
- (D) A Procuradoria-Geral do Estado.
- (E) O Patronato.

70. Considere as afirmativas abaixo, tendo em vista as disposições da Lei Complementar nº 10.098/1994 do Estado do Rio Grande do Sul.

- I - O servidor que tiver gozado mais de 30 (trinta) dias de licença para tratar de interesses particulares ou para acompanhar o cônjuge, somente após um ano de efetivo exercício contado a partir da data da apresentação fará jus a férias.
- II - Perderá o direito às férias o servidor que, no ano antecedente àquele em que deveria gozá-las, tiver mais de 30 (trinta) dias de faltas não justificadas ao serviço.
- III- O servidor readaptado, relotado, removido ou reconduzido, quando em gozo de férias, é obrigado a apresentar-se no momento em que for comunicado, independentemente da conclusão das férias.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

71. Conforme a Lei Complementar nº 10.098/1994 do Estado do Rio Grande do Sul, assinale a alternativa correta.

- (A) O provimento de cargo público se efetiva somente por nomeação mediante prévia aprovação em concurso público, podendo ser de provas ou de provas e títulos.
- (B) A nomeação para provimento de cargo efetivo de carreira ou isolado e para cargo de confiança de livre exoneração somente ocorre mediante a aprovação prévia do servidor em concurso público.
- (C) Posse é a aceitação expressa do cargo, formalizada com a assinatura do termo no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da nomeação, prorrogável por igual período a pedido do interessado.
- (D) A posse em cargo público é ato personalíssimo do servidor, vedada a utilização de procuração específica para esse fim.
- (E) A nomeação em caráter efetivo obedecerá rigorosamente a ordem de classificação dos aprovados em concurso público, vedada a hipótese de opção do candidato por última chamada.

72. Conforme a Lei Complementar nº 10.098/1994 do Estado do Rio Grande do Sul, assinale a alternativa correta.

- (A) Exercício é o efetivo desempenho das atribuições e dar-se-á na mesma data da posse.
- (B) Salvo nos casos previstos na Lei Complementar nº 10.098/1994 do Estado do Rio Grande do Sul, o servidor que interromper o exercício por mais de 180 (cento e oitenta) dias será demitido por abandono de cargo, de forma sumária.
- (C) As vantagens pecuniárias devidas ao servidor serão computadas e acumuladas para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.
- (D) A ajuda de custo destina-se a compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passe a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente.
- (E) Será concedida ajuda de custo ao servidor que se afastar do cargo ou reassumi-lo em virtude de mandato eletivo.

73. Conforme a Lei Complementar nº 10.098/1994 do Estado do Rio Grande do Sul, assinale a alternativa correta.

- (A) O servidor que se afastar temporariamente da sede, em objeto de serviço, fará jus, além das passagens de transporte, também a diárias destinadas à indenização das despesas de alimentação e pousada.
- (B) Entende-se por sede a localidade no Estado do Rio Grande do Sul onde o servidor estiver em exercício em caráter permanente ou temporário.
- (C) Serão devidas diárias nos casos de remoção a pedido e igualmente nas hipóteses em que o deslocamento da sede se constituir em exigência permanente do serviço.
- (D) A diária será concedida em valor integral por dia de afastamento ainda que o deslocamento não exija pernoite fora da sede.
- (E) Será concedida indenização de transporte ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para execução de quaisquer serviços ainda que não seja por força das atribuições próprias do seu cargo.

74. Conforme a Lei Complementar nº 10.098/1994 do Estado do Rio Grande do Sul, assinale a alternativa correta.

- (A) A função gratificada será percebida na hipótese única pelo exercício de chefia, vedada a cumulação ao vencimento do cargo de provimento efetivo.
- (B) A função gratificada não será incorporada ao valor do provento do servidor, em nenhuma hipótese.
- (C) O servidor que fizer jus às gratificações de insalubridade, periculosidade ou penosidade deverá perceber a totalidade dos valores das gratificações.
- (D) Haverá permanente controle da atividade de servidores em operações ou locais considerados penosos, insalubres ou perigosos.
- (E) Os servidores que operem com raios X ou substâncias radioativas serão submetidos a exame médico a cada 24 (vinte e quatro) meses.

75. Conforme a Lei Complementar nº 10.098/1994 do Estado do Rio Grande do Sul, assinale a alternativa correta.

- (A) É assegurado ao servidor o direito de requerer, pedir reconsideração, recorrer e de representar, em defesa de direito ou legítimo interesse próprio.
- (B) O pedido de reconsideração, que poderá ser renovado a critério do servidor, será dirigido à autoridade a que estiver imediatamente subordinado, para fins de decisão.
- (C) Em caso de provimento de pedido de reconsideração ou de recurso, o efeito da decisão terá exclusivamente efeitos futuros.
- (D) O pedido de reconsideração e o de recurso, considerados cabíveis ou incabíveis, não interrompem a prescrição administrativa.
- (E) A representação formulada pelo servidor somente será encaminhada com a comprovação de pagamento da taxa de expediente devida.

76. Conforme o Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) A confissão materna é bastante, hábil e suficiente para excluir a paternidade.
- (B) O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é revogável e será feito, além de outras formas previstas no Código Civil, mediante escritura pública, com arquivamento em cartório, vedada a utilização de escrito particular.
- (C) Nos casos em que a interdição for promovida pelo Ministério Público, o juiz nomeará defensor ao suposto incapaz; nos demais casos, o Ministério Público será o defensor.
- (D) O Ministério Público só promoverá a interdição em caso de doença mental, ainda que não seja de natureza grave.
- (E) A autoridade do curador limita-se à pessoa e aos bens do curatelado.

77. Conforme o Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Não basta o adultério da mulher, ainda que confessado, para ilidir a presunção legal da paternidade.
- (B) O filho maior não pode ser reconhecido sem o seu consentimento.
- (C) Suspende-se o exercício do poder familiar ao pai ou à mãe condenados por sentença, ainda que caiba recurso em virtude de crime, independentemente do tempo da pena de prisão fixada na sentença.
- (D) Não compete ao Ministério Público promover a interdição.
- (E) A sentença que declara a interdição somente produzirá efeitos após apreciação de recurso.

78. Sobre a suspensão condicional da pena, prevista pelo Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) A execução da pena privativa de liberdade, não superior a 2 (dois) anos, poderá ser suspensa, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que, dentre outras condições, o condenado não seja reincidente em crime doloso.
- (B) A condenação anterior à pena de multa impede a concessão do benefício da suspensão condicional da pena.
- (C) A suspensão condicional da pena se estende às penas restritivas de direitos e à multa.
- (D) A suspensão condicional da pena será obrigatoriamente revogada se, no curso do prazo, o beneficiário for condenado em sentença recorrível por crime culposo.
- (E) A suspensão condicional da pena será obrigatoriamente revogada se, no curso do prazo, o beneficiário frustrar, por insolvência, a execução de pena de multa ou não efetuar, ainda que por motivo justificado, a reparação do dano.

79. No que diz respeito à Lei Federal nº 7.210/1984, assinale a alternativa correta.

- (A) O tratamento ambulatorial não poderá ser convertido em internação, ainda que o agente revele incompatibilidade com a medida.
- (B) Na hipótese de conversão do tratamento ambulatorial em internação, o prazo da internação será por tempo indeterminado.
- (C) Na hipótese de conversão do tratamento ambulatorial em internação, o prazo mínimo de internação será de 1 (um) ano.
- (D) O condenado a quem sobrevier doença mental será submetido a tratamento ambulatorial em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.
- (E) Quando, no curso da execução da pena, sobrevier doença mental ou perturbação da saúde mental, o Juiz somente poderá determinar a substituição da pena por medida de segurança a requerimento do Ministério Público, exclusivamente.

80. No que diz respeito à Lei Federal nº 7.210/1984, assinale a alternativa correta.

- (A) Não poderá o Juiz, de ofício ou a requerimento das partes, determinar novas diligências, quando já expirado o prazo de duração mínima da medida de segurança.
- (B) Ninguém será internado em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, ou submetido a tratamento ambulatorial, para cumprimento de medida de segurança, sem a guia expedida pela autoridade judiciária.
- (C) Não é condição necessária fixada em lei a guia expedida pela autoridade judiciária para tratamento ambulatorial ou para internação em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, para cumprimento de medida de segurança.
- (D) Somente após o término do prazo mínimo de duração de medida de segurança, poderá o Juiz da execução, diante de requerimento, ordenar o exame para que se verifique a cessação da periculosidade.
- (E) O relatório minucioso que é remetido pela autoridade administrativa ao Juiz, a fim de habilitá-lo a resolver sobre a revogação ou permanência de medida de segurança, independe de ser instruído com laudo psiquiátrico.